



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO

Rute Freitas de Souza

**O Intérprete de Libras nas Sessões da Câmara de
Vereadores de Joinville/Santa Catarina: suas
dificuldades e desafios de interpretação**

Joinville/SC

2018

Rute Freitas de Souza

O Intérprete de Libras nas Sessões da Câmara de Vereadores de Joinville/Santa Catarina: suas dificuldades e desafios de interpretação

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Professora Orientadora: André Reichert

Coorientadora: Professora Me. Laura Dias de Souza Serpa

Joinville/SC

2018

“Quando eu aceito a língua de outra pessoa, eu aceito a pessoa... Quando eu rejeito a língua, eu rejeito a pessoa porque a língua é parte nós mesmos... Quando eu aceito a língua de sinais, eu aceito o surdo, e é importante ter sempre em mente que o surdo tem o direito de ser surdo.” Nós não devemos mudá-los, devemos ensiná-los, mas temos que permitir-lhes serem surdos. Assim, cabe a nós aceitá-los como uma diversidade lingüística presente num país com tantas facetas culturais.

Terje Basilier (Psiquiatra surdo norueguês)

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus e Pai, por seu eterno amor, e por fazer infinitamente mais do que pedi ou pensei.

Ao meu filho amado, Wallace Mielnicki, pelo incentivo, apoio, compreensão e amor; pelo companheirismo e cumplicidade. Por me oferecer mais do que possuía para que eu pudesse ser quem sou. Entendeu com carinho a minha ausência nos momentos importantes e também não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida, e que por muitas vezes parou tudo que estava fazendo para me auxiliar nas gravações, sendo meu cinegrafista particular nas elaborações das atividades.

Aos meus familiares pela confiança demonstrada e pelas palavras de ânimo, em especial aos meus pais, por me incentivarem.

Ao meu orientador, André Reichert, pela valiosa orientação e generosidade na construção da pesquisa. Obrigada por acreditar em mim enquanto orientanda, por me mostrar que pesquisa na área de humanas é preciso envolvimento.

À professora Coorientadora Laura Serpa, pelo apoio, conselhos, paciência e orientação no transcorrer do trabalho e por acreditar em mim.

Aos meus amigos, por compreenderem a minha ausência. O apoio de vocês foi fundamental para eu chegar até aqui.

A todos, em especial a Maria Becker, que diretamente ou indiretamente cruzaram meu percurso durante o processo todo.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso abordará o seguinte tema: O intérprete de libras nas sessões da Câmara de Vereadores de Joinville/Santa Catarina: suas dificuldades e desafios de interpretação, elucidando os pontos mais relevantes das dificuldades enfrentadas e desafios de interpretação durante as sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas extraordinárias nos bairros de Joinville, e no jornal da TV Câmara. Tem como objetivo refletir e problematizar as práticas de intérpretes de Libras e suas relações de poder. Para o desenvolvimento do presente trabalho foi utilizada como embasamento teórico a Teoria Interpretativa da Tradução, proposta por Danica Seleskovitch e seguida por Marianne Lederer. Este trabalho utiliza a metodologia de pesquisa exploratória qualitativa, O estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura baseada na literatura especializada através de consulta a livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos selecionados através de busca em banco de dados como o Repositório Institucional da UFSC, entre outros, páginas da internet e a legislação vigente que tratam da acessibilidade e regulamentação da profissão de intérprete, entrevista com duas profissionais intérpretes que atuam na Câmara de Vereadores de Joinville, as quais relataram as experiências vivenciadas, as dificuldades e os desafios de interpretação. Na análise foi possível identificar três principais dificuldades vivenciadas na atuação dos intérpretes no Poder Legislativo Municipal de Joinville: a insuficiência de cursos com o intuito de preparar a atuação dos profissionais intérpretes de língua de sinais do ambiente legislativo; a interpretação simultânea dentro das sessões da Câmara dos Vereadores de Joinville; e por fim, para completar a temática, a ausência de alguns sinais em língua de sinais que representam as terminologias usadas na interpretação no Poder Legislativo. Conclui-se que existe a necessidade de uma reflexão acerca da organização, da preparação e da maneira que acontece o seu trabalho, ou seja, a *performance* do intérprete. Por fim, é notável que a falta de profissionais qualificados e habilitados torna a interpretação menos eficiente. É preciso tomar medidas para enfrentar os problemas que acerca esta profissão, fazendo o seu trabalho ser valorizado e tornando a performance mais fidedigna a comunidades surdas.

Palavras-chave: interprete de libras, comunidades surdas, teoria interpretativa da tradução.

ABSTRACT

The present study will address the following theme: The Libras interpreter in the sessions of the City Council of Joinville / Santa Catarina: their difficulties and interpretation challenges, elucidating the most relevant points of the difficulties faced and challenges of interpretation during the sessions ordinary, extraordinary, solemn, extraordinary public hearings in the neighborhoods of Joinville, and in the newspaper of TV Câmara. It aims to reflect and problematize the practice of Libras interpreters and their relations of power. For the development of the present work the Interpretative Theory of Translation, proposed by Danica Seleskovitch and followed by Marianne Lederer, was used as theoretical foundation. This work uses the methodology of qualitative exploratory research. The study was developed from a literature review based on specialized literature through consultation of books, scientific articles, academic works selected through database search as the Institutional Repository of UFSC , among others, websites and current legislation that deal with the accessibility and regulation of the profession of interpreter, interview with two professional interpreters who work in the City Council of Joinville, which reported the lived experiences, the difficulties and the challenges of interpretation .In the analysis it was possible to identify three main difficulties experienced in interpreting interpreters in the Municipal Legislative Power of Joinville: the insufficiency of courses in order to prepare the work of professional sign language interpreters of the legislative environment; simultaneous interpretation within the sessions of the City Council of Joinville; and finally, to complete the theme, the absence of some sign language signals that represent the terminologies used in interpretation in the Legislative Branch. It is concluded that there is a need to reflect on the organization, the preparation and the way in which his work happens, that is, the performance of the interpreter. Finally, it is notable that the lack of qualified and skilled professionals makes interpretation less efficient. It is necessary to take measures to face the problems that bring this profession, making its work valued and making the performance more reliable to deaf communities.

Keywords: Libras interpreter, deaf communities, translate theory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. O INTÉRPRETE DE LIBRAS: DIFICULDADES E DESAFIOS.....	11
1.1 O surgimento e a atuação deste profissional.....	17
1.2 Formação do intérprete de libras.....	21
1.3 Caminhos percorridos em interpretação de libras.....	24
2. ABORDAGENS TEORICAS DA INTERPRETAÇÃO E SEU PROFISSIONAL	28
2.1 O profissional interprete de libras	28
2.2 As teorias da interpretação: reflexões.....	29
2.3 Organização do trabalho de interpretação.....	31
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA.....	34
3.1 Desafios e dificuldades.....	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS ,,.....	42

INTRODUÇÃO

As pessoas Surdas têm sido tema relevante de discussões a nível global e nacional, na tentativa de levar equidade social, educacional e institucional a estas pessoas, uma vez que os dados refletem uma significativa parcela da população. No Brasil, segundo o censo realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 9,7 milhões de brasileiros possui deficiência auditiva, o que representa 5,1% da população brasileira. (RODRIGUES, 2017, p.60) Por ser uma comunidade minoritária linguística e culturalmente, os surdos enfrentam inúmeras barreiras na acessibilidade a diversos serviços, em especial nos serviços públicos.

Diante deste contexto surge a necessidade e o interesse de iniciar este trabalho a partir de experiência pessoal em relação à língua de sinais, juntando-se a ela a minha experiência profissional.

É importante ressaltar que uma Pessoa Surda, que conta com uma boa integração familiar e social e que recebe cuidados de forma eficiente para o desenvolvimento da saúde física e mental tem muitas chances de chegar a ser um indivíduo saudável e equilibrado, o qual desenvolverá suas capacidades dentro da normalidade para viver uma vida plena e sentir-se útil na sociedade.

A presença e atuação do profissional interprete nas diferentes esferas públicas da cidade de Joinville precisam ser incentivadas por todos os meios possíveis, devido ao elevado interesse em torno da acessibilidade. A inserção deste profissional de Libras na Câmara de Vereadores de Joinville trará uma maior acessibilidade às Pessoas Surdas, possibilitando seu exercício de cidadania e participação, bem como a compreensão dos temas tratados.

Firma-se que esta realidade teve início de forma obrigatória, pois a Câmara de Vereadores de Joinville necessitou realizar licitações para contratar uma empresa de áudio visual, no intuito de prestar serviços de transmissão para a TV Câmara e, nesta licitação, a empresa escolhida estipulava uma cláusula que exigia a atuação de um profissional tradutor/interprete de Libras. Antes, porém, esta empresa juntamente com a Câmara de Vereadores passou por um período sem a participação deste profissional, até o momento crucial de uma denúncia.

Como resultado, houve uma atuação, e uma posterior solicitação de minha contratação. Passei a atuar no Jornal Câmara e na Tribuna Cidadã, que era um programa de quarenta minutos de duração. Neste período, interpretava também nas sessões solenes que

eram constantes. É importante mencionar que esta atividade de interpretação era realizada durante longos períodos de tempo. Era muito cansativo e desgastante.

Uma nova licitação foi realizada e a empresa ganhadora exigia a contratação de mais um profissional tradutor/interprete de Libras para atuar dentro da Câmara de Vereadores de Joinville. Agora somos duas tradutoras/intérpretes de Libras, disponibilizando à comunidade surda, todas as audiências públicas, sessões ordinárias, sessões solenes – tudo ao vivo pela TV Câmara, traduzido para a Libras.

No início a atuação na Câmara de Vereadores de Joinville foi muito conturbada. Eram muitas dificuldades e uma delas foi mudar radicalmente de contexto de atuação: do contexto religioso e assistencial, para o contexto político.

A profissão de tradutor/intérprete de língua de sinais no Brasil, hoje vem ganhando cada vez mais espaço e sua atuação em diferentes contextos vêm sendo muito discutida. Arelada a esta investigação, está o surdo e a sua aquisição de língua de sinais, além da intimidade que deve possuir com a língua, com a comunidade surda, com a constituição da identidade e da cultura.

O presente trabalho pretende dissertar sobre o profissional tradutor/intérprete em Libras que atuam na Câmara de Vereadores de Joinville e a Pessoa Surda, levando em conta a sua história, seus documentos legais e suas implicações linguísticas, elucidando os pontos mais relevantes de dificuldades (desafios) e as estratégias de interpretação nas atividades desenvolvidas (sessões solenes, ordinárias e as extraordinárias, audiências públicas nos bairros e jornal da TV Câmara); e discutir estes pontos mais relevantes que fazem parte da realidade profissional, no sentido de aventar possíveis soluções. É importante frisar que no decorrer do contexto dissertado serão colocados relatos da experiência pessoal embasado em citações bibliográficas.

Este trabalho utiliza a metodologia de pesquisa bibliográfica exploratória qualitativa, o estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura baseada na literatura especializada através de consulta de livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos selecionados através de busca em banco de dados como o Repositório Institucional da UFSC, entre outros, páginas da internet e a legislação vigente que tratam da acessibilidade e regulamentação da profissão de intérprete. No sentido de “conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se instrumento indispensável a qualquer tipo de pesquisa”. (KÖCHE, 2006, p.122)

A pesquisa qualitativa é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Em vez de estatísticas, ela trabalha com descrições, comparações, interpretações e atribuição de significados, possibilitando investigar valores, crenças, hábitos, atitudes e opiniões de indivíduos ou grupos. “Elas pedem descrições, compreensões e análises de informações, fatos, ocorrências que naturalmente não são expressas por números” (MARTINS e THEÓPHILO, 2007, p.135)

Estruturalmente o trabalho compreende a dissertação do tema em três capítulos. No primeiro capítulo, aborda-se o tradutor/intérprete de Libras: suas dificuldades e estratégias. O segundo capítulo trata da abordagem teórica da interpretação e seu profissional. No terceiro capítulo serão apresentados os resultados e as discussões em relação a atuação destas profissionais. As considerações finais irão pincelar conclusivamente o contexto de toda a pesquisa.

1. O INTÉRPRETE DE LIBRAS: DIFICULDADES E DESAFIOS

O presente estudo pretende elucidar as dificuldades e desafios de interpretação enfrentados pelo profissional intérprete de Libras nas sessões da Câmara de Vereadores de Joinville. A comunidade surda, que neste momento histórico de luta e mobilização por seus direitos, conquistou no Brasil a regulamentação e aprovação da Lei nº 10.436/2002 (BRASIL, 2002), que torna oficial a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão. Assim também no ano de 2005, esta Lei passou a ser assegurada pelo Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), que estabeleceu inúmeras prerrogativas em relação aos direitos dos cidadãos surdos a uma sociedade acessível.

Ao limitar-se de certo assunto, uma pesquisadora muitas vezes busca por algo próximo ao seu interesse e que faz parte do seu dia a dia, ou por discutir sobre um tema que se pretende pesquisar ou até mesmo se aprofundar. Assim, optou-se por descrever os problemas encontrados no serviço do tradutor/intérprete de Libras nas sessões da Câmara de Vereadores de Joinville e apontar para possíveis soluções.

Percebe-se hoje a situação vivenciada pelas comunidades surdas da sociedade, principalmente por parte daqueles que frequentam os espaços sociais, tais como: prefeitura, fórum, câmara de vereadores, bancos, associações entre outros que são destinados a ofertar assistência dentro e fora destes ambientes, vem aumentando de forma expressiva em algumas cidades, uma vez que solicita novas e diferentes posturas na sociedade em que os mesmos estão inseridos e reestruturar a dinâmica da inclusão social.

O referido trabalho que tem em sua temática a interpretação audiovisual será embasado nos seguintes autores: RODRIGUES (2013), NOGUEIRA (2016), GESSER, (2011), QUADROS (2003/2004), SILVA, KAUCHAKE; GESUELI, (2003), LACERDA (2010), ALBRES (2010/2012/2014/2017), NASCIMENTO(2017), bem como a Lei do Audiovisual nº 8.685/93, a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/15, o Decreto Legislativo nº 186/08 e o Decreto Executivo nº 6.949/09 para atingir os objetivos da pesquisa.

Compreende-se que o intérprete de Libras muitas vezes é solicitado quando as pessoas não partilham de uma mesma língua, num mesmo ambiente de troca de informações. Sendo assim, o intérprete é o responsável em mediar às interações discursivas-comunicativas entre as partes interessadas.

O ato de interpretar ou traduzir não é nada fácil, necessitando um longo preparo dos textos, respeitando as gramáticas e a ética no decorrer do processo interpretativo, pois podem ter elementos que impõem ou interferem na qualidade da tradução ou interpretação de um discurso, seja no contexto do legislativo, como no social, científico e, até mesmo jornalístico.

Segundo Albres(2012) a necessidade de uma boa qualificação do interprete, indicando que está ligada não só ao conhecimento da língua, mas também nas competências específicas, como fluência e proficiência linguística. Partindo da análise de interpretes de línguas orais, ela verificou que estas competências em muito se aproximam das habilidades exigidas aos interpretes de línguas de sinais, respeitadas as diferenças de modalidade linguística.

Deste modo, salienta-se as dificuldades para o intérprete de Libras em suas atividades interpretativas, sendo que só foi reconhecido legalmente com a Lei 12.319 (BRASIL, 2010), que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LÍBRAS

Sabe-se também que, além da Lei citada acima, existem outras que embasam direta ou indiretamente a atividade do intérprete de Libras, tais como: a Portaria 3284/2003 (BRASIL, 2003), que substitui a Portaria 1679/99 (BRASIL, 1999) – A Lei da acessibilidade – 10.098/00 (BRASIL, 2000) – Acessibilidade à Educação Superior e a Resolução do MEC/CNE: 02/2001 (BRASIL, 2001) – Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

É importante investigar sobre as estratégias na atividade interpretativa dos sinais, dos termos técnicos do Legislativo e sua equivalência entre a língua de sinais e a língua oral, quais as dificuldades relatadas pelo tradutor/intérprete de Libras em suas atividades interpretativas e discutir os pontos mais relevantes relatados pelos intérpretes no sentido de aventar possíveis soluções.

Outra dificuldade colocada é a diferença na velocidade entre a produção da fala, nos vídeos interpretados na TV Câmara, bem como quando acontecem as discussões nas sessões entre dois vereadores simultaneamente onde surge o desafio de lidar com um discurso oral totalmente improvisado por ambos, utilizando-se de linguagem culta ou coloquial, o interprete é responsável por fazer adequação durante as explicações o que é dificultado pelo tempo reduzido para a resposta adaptativa, exigindo “improvisação, rapidez de ritmo, limitação de tempo, pois a presença do emissor força o intérprete a poucas possibilidades de refletir sobre o texto da língua de partida” (Ronai, 1987).

O tradutor/intérprete de Libras necessita ter conhecimento específico do contexto que envolve os discursos no Legislativo, sendo que a tradução envolve uma língua escrita e interpretação envolve línguas na modalidade oral/sinalizada (QUADROS, 2004; LACERDA, 2010), as dificuldades e desafios de interpretação começam a surgir com domínio dos termos técnicos e os itens lexicais apropriados para executar uma interpretação de qualidade.

Segundo Gile (1995) na tarefa de interpretação, o profissional realiza os esforços de compreensão, memória e produção, além de fazer uso do esforço de coordenação.

As terminologias são próprias da Câmara de Vereadores de Joinville e fazendo com que estes profissionais interpretes busquem alternativas em dicionários de Libras online, impressos em geral, bem como outras câmaras de vereadores que executam a mesma atividade em outras cidades. Assim executando a tradução, definida como uma tradução de uma língua de sinais para a língua escrita de uma língua falada, da língua escrita de sinais para a língua falada, da escrita da língua falada para a língua de sinais, da língua de sinais para a escrita da língua falada, da escrita da língua de sinais para a escrita da língua falada e da escrita da língua falada para a escrita da língua de sinais (QUADROS, 2004, p. 09).

Neste sentido, cabe citar Nogueira (2016, p.34) “assim, percebemos que a atividade de tradução e interpretação tem como demanda inicial a barreira linguística entre os indivíduos, e que esse ofício traz contribuições significativas para o desenvolvimento e crescimento de muitas sociedades”.

A atividade de tradução e interpretação está ligada em:

Em quaisquer processos de interpretação estão relacionados fatores tais como: memória, tomada de decisões, categorização e estratégias de interpretação, por exemplo. Assim sendo, cada uma das modalidades supracitadas exige habilidades e técnicas distintas do intérprete. “A este, portanto, cabe o gerenciamento das informações e dos conhecimentos de modo que possa conduzir seu trabalho da melhor maneira”. (GESSER. 2011, p.26)

Nesta obrigação do intérprete de Libras, mencionada por Gesser, encontram-se reflexões sobre a terminologia das palavras ou signos específicos das sessões da Câmara de Vereadores e das interações linguísticas culturais, sendo estes conceitos, signos e seus significados novos e desconhecidos para que os tradutores/intérprete de Libras optem por suas escolhas linguísticas apropriadas para as duas línguas envolvidas nas informações neste contexto do legislativo, por serem expressões e vocabulários fora da compreensão lógica, social e cultural dos surdos da cidade de Joinville, em virtude da cultura local.

Compreendem-se, assim, os limites e desafios que o intérprete de Libras constata em sua própria atuação no contexto do Legislativo e de sua capacitação e formação, pois os cursos profissionalizantes de extensão universitária e de formação continuada são uma alternativa na formação dos intérpretes. Isto significa que os mesmos precisam ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e das técnicas de tradução e interpretação. É relevante aos intérpretes de Libras terem formação específica na área de sua atuação, principalmente no âmbito da Câmara de Vereadores, já que este irá trabalhar nas sessões, na TV Câmara e nos demais eventos.

A interpretação nas sessões de câmaras de vereadores é uma realidade em algumas cidades do Brasil, inclusive em Joinville. Tal constatação se dá graças à descoberta e a comprovação de que a língua de sinais é natural e que ocorreu na década de 60, a partir dos trabalhos liderados por Stokoe (apud Quadros e Karnopp, 2004), novas necessidades e perspectivas de inclusão social. No entanto, o desenvolvimento da interpretação na área do Legislativo (poder público) ainda é pouco falado no Brasil um dos poucos trabalhos encontrado é de autoria de Flávia Medeiros Álvaro Machado que aborda a questão da formação e das competências envolvidas na atuação de tradutores e intérpretes de Língua de Sinais (Libras/Português) para atuação em contexto político em interpretações simultâneas.

Conforme defendido por Quadros (2003), a participação dos cidadãos surdos em discussões sociais e políticas, são essenciais para que se perceba a necessidade e consequente valorização deste profissional. As instituições de ensino, empresas privadas e particulares, serviços públicos (principalmente na Câmara de Vereadores), bem como toda a sociedade, perceberam a obrigatoriedade de disponibilizar a acessibilidade para os surdos através do profissional tradutores/intérpretes de língua de Sinais, por consequência do reconhecimento da Libras, como uma língua, assim como as comunidades surdas passaram a receber informações dos fatos que ocorrem a sua volta e do conhecimento por meio da Língua de Sinais.

Os caminhos percorridos pela comunidade surda para conquistar o reconhecimento de sua língua e cultura, passou de manifestações individualizadas para direitos assegurados por lei. Aconteceram vários movimentos em favor de uma sociedade bilíngue, proporcionando aos surdos o reconhecimento, enquanto uma comunidade com atenção especial.

Este reconhecimento da Libras foi o acontecimento principal para o processo de inclusão social e educacional, assim como a oficialização dos tradutores/intérpretes de língua de sinais como profissionais.

Existem os desafios que estão ligados diretamente à figura dos tradutores/intérpretes de língua de sinais e do cidadão surdo, que são as barreiras encontradas diariamente com termos usados no legislativo (léxico) e que ainda não possuem sinais, pelo fato de serem termos novos e desconhecidos para os tradutores/intérpretes de língua de sinais e para os cidadãos surdos em decorrência da sua alienação das informações providas do poder público nos discursos dentro das câmaras de vereadores em suas sessões, que por sua vez são discursos com vocábulos específicos do Legislativo que não fazem parte do convívio social e cultural dos surdos.

Torna-se, assim, um grande desafio realizar a interpretação neste contexto, bem como, aos próprios fenômenos linguísticos naturais em todas as línguas orais e de sinais, com a manifestação de novos signos por consequência da evolução ou de novas necessidades linguísticas para a atividade interpretativa de uma língua para outros determinados termos.

Vale refletir sobre as mais diferentes maneiras que os indivíduos ou toda uma sociedade aplica como forma de exclusão do trabalho inclusivo em uma sociedade “exclusiva”. Torna-se, portanto, um grande desafio em realizar a interpretação nas câmaras de vereadores, em virtude das terminologias utilizadas nestes ambientes, por serem parte do legislativo com termos jurídicos.

Outro fato a ser constatado foi à identificação das medidas de tomada de decisões, ou seja, as estratégias sobre o uso adequado para determinados termos recorrentes da análise entre os intérpretes, quais sejam as estratégias de interpretação particular dos tradutores/intérpretes de língua de sinais que atuam nas câmaras de vereadores.

Estas estratégias utilizadas pelos intérpretes de Libras constituem nas dificuldades que são compartilhadas entre os mesmos, influenciados pelos sociais que envolvem o público alvo, fatores estes que atuam na decisão dos intérpretes, quanto a usar este ou aquele sinal para determinado termo, tendo que analisar também o perfil dos surdos de Joinville que trazem uma visão de classe de operários e das questões políticas que não são contemplado por eles em seu cotidiano como cidadãos de direito que são. Sendo assim, os profissionais da interpretação na Câmara de Vereadores de Joinville usam como uma das estratégias para suas colocações verbais muitas expressões corporais e faciais nas suas atividades interpretativas.

A propósito destas afirmações, Albres (2010) mostra que há reprodução dos estudos para a necessidade de uso de expressões faciais e corporais pelo intérprete de Libras, a fim de garantir uma equivalência com a enunciação do falante.

Outro aspecto importante é considerado por Rodrigues (2013, p.43) quando diz que:

Podemos afirmar que ambos tratam a interpretação como um processo reflexivo e de tomadas de decisão que envolve esforço cognitivo. Nas duas propostas fica clara a visão de que o processo de interpretação não se detém no nível linguístico, pois ao lidar com o sentido, incorpora aspectos contextuais, culturais e situacionais.

O intérprete precisa conhecer a terminologia e o dialeto específico do Legislativo, e ter o domínio dos assuntos que são objetos de discussão nas sessões da câmara de vereadores.

Em relação aos termos específicos de interpretação, como por exemplo omitir em sua tradução os termos utilizados na informação através da fala. Na língua de sinais, o sentido seria outro em comparação ao apresentado na fala e seu uso, que implicaria na alteração de significados, acontecendo um desvio de sentido da frase. No entanto, independente do conceito de interpretação que o intérprete possua em vista de todas as situações com as quais o intérprete tem que lidar, não resta dúvida que a atividade de interpretação é muito complexa para ser executada à base de improviso, sem preparação antecipada e sem treinamento.

A atuação na profissão de tradutores/intérpretes de língua de sinais requer deste profissional cumpra a normas éticas e gramáticas com as peculiaridades do público alvo de sua interpretação, os quais cooperam para a compreensão das características específicas de um discurso interpretado para a língua de sinais.

A função do tradutor/intérprete de língua de sinais requer competência e um conhecimento diversificados dos termos lexicais utilizados no ato de interpretar, assim como um conhecimento diversificado da língua portuguesa e das culturas-sociais-políticas e linguísticas das comunidades surdas. Desta forma, é necessário o conhecimento de diversos saberes inerentes a sua profissão.

Para Rodrigues (2013), os intérpretes precisam o tempo todo, administrar a recepção do texto fonte em relação à produção do texto alvo e, para tanto, empregam estratégias específicas, as quais podem evidenciar importantes momentos de reflexão e tomada de decisão.

O ato de interpretar a língua de sinais/orais reflete processos cognitivos que, por sua vez, são reproduzidas nas escolhas/decisões linguísticas (sintáticas, semânticas e pragmáticas). Sendo assim, tradutores/intérpretes de língua de sinais devem ser profissionais bilíngues, formado a habilidade tradutória da língua de sinais/língua portuguesa ou vice-versa.

1.1 O surgimento e a atuação deste profissional

A aparição e atuação do profissional tradutor/intérprete de língua de sinais se deu através de atividades de caráter voluntário no discernimento da necessidade em prol da comunidade surda de ter um profissional para mediar no seu processo de comunicação e, para que isto se concretizasse, fez-se necessário a oficialização deste profissional “o Intérprete de Libras – Língua Brasileira de Sinais”, através da Lei Federal 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão. Inicialmente, a atuação era informal, ou seja, pais ou membros da família dos cidadãos surdos fazia essa função.

Nesta continuidade, encontram-se documentos de formação dos tradutores e intérprete de Libras no Brasil aconteciam em cursos livres (através de diversas parcerias) e, na sequência, passou para cursos técnicos e cursos superiores, assim como em graduação e pós-graduação como opção de especialização profissional e como forma de inclusão de novos profissionais na carreira.

Atualmente, no cenário nacional os tradutores/intérpretes de Libras que desempenhavam esse papel no passado se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e articuladores de movimentos em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de língua de sinais no país.

Naquele período, os tradutores/intérpretes de Libras não tinham o status profissional que hoje possuem. A questão das igrejas, das religiões, da família e dos espaços empíricos como um dos primeiros meios de atuação é algo frequente na área da interpretação/tradução”. (MASSUTTI, 2007).

Os estudos, de acordo com Santos (2006), revelam que na década de 1980 surgiram os primeiros trabalhos de interpretação em língua de sinais desenvolvidos em instituições religiosas e nas relações familiares e de amizades com surdos.

Entretanto, para que isto ocorresse de modo formal, foi necessário que a Língua Brasileira de Sinais fosse oficializada. Atualmente há leis em vigor que regulamentam a profissão e determinam a formação deste profissional. Enfim, o acesso para pessoas surdas à informação e a comunicação também tem que ser disponibilizado por todos os órgãos públicos.

A política que trata da inclusão tem amparo legal e princípios teóricos democráticos de igualdade, equidade e diversidade. Mas, para a comunidade surda, a realidade das práticas sociais inclusivas está distante das proposições teóricas e legais. A discussão sobre a

qualidade da educação e a luta pela criação de políticas públicas sociais não é um desafio novo para a comunidade surda, que luta há décadas pelo direito à educação de qualidade e ao respeito às suas especificidades linguísticas dentro de uma sociedade igualitária.

É inegável, porém, que os intérpretes de Libras têm ganhado espaço na mídia e em eventos públicos, sobretudo por ter a presença garantida no contexto educacional em salas de aula com alunos surdos, onde é assegurada legalmente pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. É oportuno lembrar que a profissão tradutor e intérprete de Libras somente foi regulamentada no Brasil no ano 2010, então somente oito anos de sua legalidade.

Sua presença e atuação nas diferentes esferas da sociedade precisam ser incentivadas por todos os meios possíveis, em razão ao elevado interesse público em torno da acessibilidade. A inserção de um intérprete de Libras nas câmaras de vereadores possibilita a comunidade surda seu exercício de cidadania e participação, bem como uma compreensão do que é tratado nas sessões da Câmara de Vereadores de Joinville.

É relevante aqui mencionar os principais marcos políticos da educação de surdos no Brasil, a Lei que surge inicialmente é a “Lei da Libras”, LEI N.º 10.436 de 24 de abril de 2002, “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais e outros recursos de expressão a ela associados” (art.1º). Logo em seguida, destaca-se o Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a referida Lei e lhe atribui outras providências. Sendo importante destacar dois artigos do Decreto nº 5.626/05, de 22 de dezembro de 2005, no Capítulo IX- Das disposições finais,

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto.

A Libras é a língua materna das pessoas surdas, sua forma de manifestar o pensamento e emoções, além do desenvolvimento psicológico. A aquisição desta língua materna o mais cedo possível, é a grande oportunidade que eles (os surdos) têm de desenvolver-se integralmente. O cidadão surdo tem direito a um intérprete de Libras, para que seja feita a tradução e interpretação de todos os ambientes públicos.

O ato de interpretar a língua de sinais para a língua portuguesa corresponde ao processo cognitivo, pelo qual se trocam mensagens de uma língua para outra (sinalizadas/orais). Ao mesmo tempo, representa uma tomada de decisões sintáticas, semânticas e pragmáticas em duas línguas que impõem sempre novas interpretações.

Quadros (2004) salienta que o intérprete é um agente envolvido no processo de comunicação, com poder de influenciar o objeto e o resultado da tradução.

É nesta adversidade comunicativa que surgem os tradutores/intérpretes de Língua de Sinais. Este profissional se evidencia com a finalidade de estabelecer um elo comunicativo entre as duas línguas (Língua de Sinais e língua oral). (SILVA, KAUCHAKE; GESUELI, 2003)

Enfim, o acesso para os cidadãos surdos à informação e à comunicação também tem que ser disponibilizada por todos os órgãos públicos.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, diz que;

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

O tradutor/intérprete de Libras tem uma importante função na comunicação entre ouvintes e surdos. Sendo assim, sem esta mediação, a comunicação acontece de maneira fragmentada, principalmente quando os cidadãos surdos necessitam dos serviços públicos, que não possuem conhecimento sobre a língua de sinais e seus usuários.

O surgimento do tradutor/intérprete de Libras nas câmaras de vereadores tornou-se cada vez mais visível na sociedade nos últimos anos, pois os cidadãos surdos têm urgência em conhecer e exercer seus direitos existentes nas leis. Desta forma, os tradutores/intérpretes de Libras estão diante de diversos espaços de atuação na sociedade, bem como de atuação educacional.

Parece oportuno definir como profissional intérprete a “Pessoa que interpreta de uma língua (língua fonte) para outra (língua alvo) o que foi dito”. (QUADROS, 2004, p. 7).

A atividade interpretativa, em algumas situações, não acontece de modo simultâneo, mas é necessário refletir sobre as escolhas linguísticas entre a língua oral e a língua visual que não comprometam a interpretação. Entretanto faz-se necessária a elaboração estratégia, ou seja, uma prévia pesquisa sobre o tema que será tratado para a obtenção de uma relevância compatível com as competências linguísticas e referenciais do profissional.

A perspectiva da interação é de uma atividade interativa dinâmica. As questões nesse sentido são: como todos os participantes estão elaborando o sentido sobre o que estão falando? O que eles estão fazendo ao falar? Esta interação é uma atividade em que os participantes determinam a cada minuto o significado de alguma coisa que é dita. Essa atividade envolve um ato interpretativo baseado na experiência dos participantes em situações similares, bem como o conhecimento gramatical e lexical (Quadros, 2003: 80).

A presença e atuação do intérprete de Libras nas diferentes esferas da sociedade precisam ser incentivadas em razão do elevado interesse público em torno da acessibilidade. A inserção do profissional intérprete de Libras nas câmaras de vereadores trará maior acessibilidade aos cidadãos surdos, possibilitando seu exercício de cidadania e participação, bem como a compreensão dos temas que são tratados nas sessões da Câmara de Vereadores de Joinville.

Tendo em vista que este trabalho iniciou-se de forma obrigatória, pois a Câmara de Vereadores de Joinville necessitou realizar licitações para firmar um contrato com uma empresa de áudio visual, para prestar serviços de transmissão da TV Câmara e, nesta licitação, a empresa CRIACOM possuía uma cláusula que constava a exigência do profissional intérprete de Libras.

No início da minha atuação na Câmara de Vereadores tive muitas dificuldades e uma delas foi mudar radicalmente de contexto de atuação, do contexto religioso e assistencial para o contexto político. Foi necessário buscar informações com os vereadores para entender os termos, ler muito, pesquisar sinal com intérpretes de outras cidades, enfim foi muito difícil. Logo a TV Senado também começou a exibir seu programa com a janela de intérprete, onde auxiliou e auxilia ampliar os sinais neste contexto.

A Língua Brasileira de Sinais – Libras, prevista e reconhecida pela Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, como a língua oficial da comunidade surda. Trata-se de um instrumento de comunicação linguístico e de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria. Constitui um sistema de transmissão de ideias e acontecimentos sociais e pessoais, oriundos desta comunidade no Brasil.

Percebe-se que a inclusão não é um lugar, uma coisa ou um objeto. É sim uma ação que não pode ser considerada como decisão, mas é de extrema necessidade praticá-la em cada pensamento, palavra ou gesto. A inclusão social dos surdos trata-se de um processo, ou seja, um exercício de cidadania por parte de toda a sociedade em articular com os benefícios (saúde, educação, habitação, etc.) para todos os cidadãos.

1.2 Formação do intérprete de libras

Nos anos atuais já é oferecido com maior frequência a formação em busca da melhoria de atuação dos profissionais tradutores/intérprete de Libras no ensino superior, e esta formação é adequada às necessidades para que a comunidade surda tenha profissionais bem qualificados.

Antes de tudo, parece importante resgatar que:

Intérprete de Língua de Sinais é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete (...) precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação. (QUADROS, 2004, p. 27)

Atualmente, são poucas as pessoas com formação específica para atuarem como intérpretes da Libras. Tem crescido o número de cursos oferecidos, na cidade. Entretanto, é difícil encontrar pessoas com formação específica de intérprete da Libras e que se disponham a atuar como intérprete nas sessões da Câmara de Vereadores de Joinville, já que este trabalho exige dedicação de muitas horas semanais, com horários alternados, dificultando encontrar profissionais que se disponham trabalhar nas condições necessárias ao trabalho nas câmaras de vereadores e que tenham um bom conhecimento da Libras, conhecimentos profundos sobre a língua oficial falada e escrita, bem como conhecimento dos hábitos, costumes sócios culturais, bagagem cognitiva, capacidades lógicas e que leve em conta o sentido da comunicação e os sentidos produzidos nas relações concretas de interação e habilidade de condição visual-espacial., interesse/capacitação para trabalhar no âmbito do Legislativo.

A Lei da Libras estipulou que fossem garantidas formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Determinou que as instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde garantissem atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva. Especificou que o sistema educacional e o poder público garantam a inclusão do ensino da Libras nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médios e superiores.

Uma das questões é definir melhor a função do intérprete nos órgãos públicos. Esta figura desconhecida e nova possui um delineamento mais adequado e estão nos direitos e deveres do intérprete, limites da interpretação, divisão do papel de intérprete e de professor, relação do intérprete com os surdos e ouvintes, entre outros.

O desempenho do tradutor/intérprete de Libras vai além do ato interpretativo, pois para os cidadãos surdos, ele é uma personalidade fundamental para a sua inclusão social e participação dos atos sociais que envolvem sua cidadania, tendo em vista que a sociedade de modo em geral não sabe Libras, não havendo uma troca de informações e de comunicação adequada.

Um exemplo disto é fornecido por Rodrigues (2013, p.55):

O modelo de código entende que a comunicação se dá por meio da codificação de pensamentos em palavras e da decodificação de palavras em pensamentos, dito de outro modo, a comunicação humana seria a realização de processos de codificação e decodificação de mensagens, os quais de certa maneira demandam o conhecimento mútuo para que de fato ocorra a comunicação.

Percebe-se nas relações diárias, a importância de se realizar estudos direcionados para a inserção de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais nas câmaras de vereadores, na tentativa de avaliar este processo, como já se faz em outras cidades, e até mesmo avaliar os efeitos de tal processo na formação acadêmica dos interpretes de Libras.

Tendo em vista o cenário social no Brasil atualmente muito tem se discutido a respeito da atuação do profissional intérprete de Libras, o aumento das pesquisas e as produções de textos científicos nesta área de atuação, com base nesta temática. Entretanto, a atuação do tradutor/intérprete de Libras, ainda desperta um misto de deslumbre, mas também de ressentimento, fruto do desconhecimento sobre esta profissão. De acordo com Quadros (2004), a área de interpretação mais requisitada hoje é a educação.

Algumas indagações em relação à formação dos tradutores/intérprete de Libras estão sendo realizada na sociedade. Muitas pessoas acreditam que o tradutor/intérprete de Libras é um acompanhante particular dos surdos em seus assuntos bancários, empresariais, clínicos entre outros. Entretanto, outros indagam a respeito da neutralidade da interpretação que realiza, assim como do seu conhecimento na área específica a ser traduzida.

Lacerda (2010) afirma que o nível de exigência de qualificação do tradutor/interprete está diretamente relacionado ao desenvolvimento da comunidade surda. Quanto mais esta comunidade for respeitada, através de seu envolvimento em atividades políticas e culturais,

melhor serão seus níveis de escolaridade, e maior será o nível de exigência quanto à formação e qualificação do profissional intérprete.

A formação do tradutor e intérprete de Libras tem se despontado com intensos debates e discussões no contexto educacional atual. Ante os problemas e desafios postos em relação à profissionalização dos mesmos, parece ser de fundamental compreensão sobre os aspectos históricos que permeiam a constituição deste campo de atuação e conhecimento humano.

O tradutor/intérprete de Libras passou, então, a ser considerado como um meio de tornar concreta a proposta de uma sociedade bilíngue, na qual a presença de um profissional fluente em língua de sinais é essencial, embora sejam inúmeras as dificuldades encontradas nos órgãos públicos.

Diante do exposto, surgem algumas questões sobre a formação dos tradutores/intérprete de Libras, sobre o processo de qualificação e o perfil profissional dos intérpretes; se o nível de escolaridade e os cursos de treinamentos interferem significativamente no processo de interpretação em conformidade com a legislação vigente e com a literatura especializada e quais as medidas possíveis para a melhoria na eficiência destes profissionais intérpretes.

Os cursos de formação para os tradutores/intérprete de Libras devem também contemplar a problemática das mudanças atitudinais. Os professores, a comunidade escolar, as famílias e a sociedade em geral devem mudar suas concepções a respeito da diversidade e da diferença cultural e social dos surdos. Os cidadãos surdos devem ser vistos como capazes e suas peculiaridades durante o processo de escolarização, profissionalização não devem ser transformadas em dificuldades ou outra deficiência correlacionada. Situações de preconceito e estigma devem ser banidas de nossa sociedade, principalmente com relação à capacidade do surdo participar das atividades educacionais, bem como sociais.

A formação, então, mais do que lhes ensinar técnicas e metodologias, deve lhes propiciar esse espaço reflexivo e o poder de analisar suas próprias aulas, de criar a partir de suas próprias experiências e de estar aberto às mudanças. Constatamos as tensões do início de carreira devido à falta de formação e os sentimentos de angústia, assim foram construindo seus modos de conduzir aulas de forma intuitiva, e ao se depararam com um curso de formação com "saberes científicos" e "saberes didáticos" vão resignificando suas práticas. (ALBRES e NEVES, 2014 p. 86).

Na sociedade é forte o estigma referente aos cidadãos surdos. A exclusão da pessoa surda é tão antiga quanto à socialização do homem. A estrutura das sociedades, desde os seus primórdios, inabilitou os portadores de deficiência, marginalizando-os e privando-os de liberdade.

A sociedade atual, em seu novo modelo inclusivo, defendido em uma filosofia com a solidariedade e o respeito mútuo às diferenças individuais, na qual a relevância da sociedade estaria no aprendizado de se conviver com as diferenças em harmonia. Contudo, os problemas são existentes e enfrentados na consolidação desta proposta de sociedade inclusiva.

A formação do tradutor/intérprete de Libras é discutida não somente dentro das comunidades surdas, mas também pelo Ministério da Educação que propôs o exame do Prolibras – Exame Nacional de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais, juntamente com os órgãos responsáveis pela Educação de Surdos (INES, FENEIS e FEBRAPILS). Este exame certifica os profissionais que tenham fluência na língua de sinais, mas o que de fato se necessita é de uma formação acadêmica condizente com a expectativa de atuação. Foi criado, então, o curso de Graduação em Letras, com Habilitação em Língua Brasileira de Sinais.

O Prolibras acontece desde 2006 e certifica o tradutor/intérprete de Libras, atestando sua fluência em língua de sinais. A prova acontece em dois níveis: uma para medir conhecimento para o ensino de Libras, e outra para medir conhecimento para a interpretação da língua. A prova é realizada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP). A aplicação ocorre em instituições federais e a UFSM é um dos pólos.

Desta forma, atuar como tradutor/intérprete de Libras demanda a formação, pois os conhecimentos que envolvem o ato de interpretar são postos à prova em se tratando de traduzir e interpretar duas línguas. Verifica-se, deste modo, que os cursos voltados à formação de profissionais da tradução/interpretação devem possibilitar a estes profissionais uma análise teórica sobre as suas práticas e processos interpretativos.

1.3 Caminhos percorridos em interpretação de libras

Durante o a vida nos deparamos com muitos desafios que nos fortalecem e orientam sobre o caminho que queremos seguir. A vida nos dá várias opções, porém instintivamente somos conduzidos à escolha de temas com os quais nos identificamos, quer seja pelo aguçar da curiosidade, quer seja pela necessidade de nos aprofundarmos no conhecimento acerca do assunto. Os motivos não são relevantes, quando nos vemos envolvidos por determinado assunto, o encanto dentro de nós fala mais alto e nos impulsiona a querer cada vez mais nos apoderarmos daquele “saber”.

O interesse pela comunidade surda, como tema deste trabalho, surgiu durante as práticas religiosas da igreja a qual faço parte, durante um culto há alguns anos atrás. Enquanto pregava o pastor, um homem chorava compulsivamente ao meu lado, o que realmente estava me incomodando. Após o término do culto, perguntei a pessoa que o acompanhava se o conhecia. Sua resposta foi comovente. Era seu esposo que não conseguia parar de chorar. Ele sempre foi um homem de fé e, diante da palavra proferida pelo pastor, estava emocionado, apesar de não compreender nada do que estava sendo falado. Ela não podia ajudá-lo, pois não compreendia nada da língua de sinais. Tratava-se de uma pessoa surda que precisava entender o que as pessoas falavam no seu dia-a-dia.

Fiquei sabendo que ele carregava consigo um pequeno dicionário de Libras que havia ganhado dos fiéis da Testemunhas de Jeová. Olhando-me nos olhos, gestualmente ele me pediu para pegar o livro e ler para poder ajudá-lo a compreender o que estava sendo falado. Neste momento passou um filme em minha cabeça. Percebi a dificuldade que toda a comunidade surda enfrenta quando frequenta os cultos religiosos sem entender nada do que estava sendo transmitido. Senti um vazio enorme. Foi como se eu estivesse no meu próprio país e não pudesse entender o que as pessoas ao meu falo estão falando.

Sendo a casa de Deus o local para o qual todos buscam abrigo, fé e compaixão, como podem as pessoas surdas não entenderem e não se fazerem entender?

Este fato aguçou minha curiosidade e despertou em mim o interesse pelo tema. Comecei a estudar a língua brasileira de sinais e comecei a praticá-la nos cultos da igreja. No início era apenas aquele senhor que me presenteou com o livro. Logo, porém, surgiram outras pessoas com a mesma dificuldade – surdez – nos cultos da igreja. Em pouco tempo já eram quinze as pessoas surdas.

Conforme Lacerda e Gurgel (2011), os ambientes religiosos, pela necessidade de estarem propiciando acesso à doutrina para a comunidade surda, favorecem a aprendizagem e fluência em Libras criando condições para que pessoas interessadas atuem como intérpretes mediando situações formais entre surdos e ouvintes. O intérprete se molda às demandas da prática e vai constituindo-se como tradutor/intérprete de língua de sinais nas e pelas experiências vivenciadas.

Os ouvintes se tornam intérpretes de língua de sinais geralmente por um processo de aquisição da língua de sinais em contato com os surdos adultos, que por meio de suas experiências, desenvolveram habilidades e estratégias de expressão na língua de sinais. Na passagem de uma língua para outra, os intérpretes de língua de sinais vivenciam

aproximações culturais entre surdos e ouvintes e levam consigo elementos linguísticos, sociais e culturais de ambas as línguas envolvidas no ato de interpretar.

A princípio imaginei que conseguiria aprender a língua de sinais somente participando dos cultos, observando os surdos e treinando os sinais na frente do espelho, como se fosse possível simplesmente transportar para os sinais, os significados das palavras da língua oral, o Português. Procurava ser rigorosa na escolha dos sinais, pois meu principal objetivo era reproduzir com fidelidade as letras das músicas cantadas durante os cultos, imaginando que não deixaria escapar nenhuma palavra sequer. Pensava eu que a tradução deveria ser construída palavra por palavra.

Com este grupo formei o primeiro coral de surdos de Joinville. E desde então nunca mais parei. Tenho dedicado a minha vida à comunidade surda, promovendo eventos sociais e culturais para arrecadar doações para ajudar as pessoas que fazem desta comunidade na cidade de Joinville. Promovo nos espaços públicos e privados, a inclusão dos surdos nos meios sociais, culturais e políticas. Este amor à causa resultou na fundação do Instituto Joinvilense de Assistência aos Surdos, que atende à comunidade surda joinvilense, fundado no ano de 2009.

Desenvolvo hoje trabalhos de Libras na Câmara de Vereadores de Joinville de Santa Catarina durante as sessões plenárias, e em eventos oficiais como interprete. Realizo trabalho voluntário no fórum de Joinville, hospitais, entrevistas de emprego, delegacias da região e nas escolas, quando as questões envolvem a pessoa surda. bem como em escolas onde não há a presença de interprete.

No intuito de prestar uma melhor assistência à comunidade surda, no decorrer dos anos fui participando de cursos, encontros e especializações em língua brasileira de sinais. Formei-me em Bacharel em Serviço Social para realizar um trabalho pautado em passos da metodologia científica e legal voltado ao cuidado de pessoas com maior vulnerabilidade social, tendo em vista instrumentos públicos e privados que possibilitam o melhor direcionamento e planejamento de intervenções na tomada de decisões e na organização do processo de trabalho a ser realizado dentro da comunidade surda ou fora dela, inserindo também a inserção das famílias. Estas ações favorecem a aproximação com os integrantes da comunidade surda, colaborando para que uma assistência de mais qualidade, humanizada e individualizada nos diversos ciclos de vida da pessoa com surdez e suas famílias.

O intérprete de Libras, como ator social, tem o papel de agente transformador, tirando as pessoas surdas da invisibilidade a que são acometidas nos diversos locais onde são atendidas.

Diante das experiências vivenciadas no decorrer destes quatorze anos dedicados às causas da comunidade surda, percebi que quando a família recebe a notícia do nascimento de um filho com deficiência auditiva, os profissionais devem estar preparados tecnicamente para abordar, comunicar e contribuir para a formação do vínculo entre a família e o bebê, ajudando a família na aceitação deste novo componente.

É importante ressaltar que uma pessoa com deficiência auditiva, que conta com uma boa integração familiar e social e que recebe cuidados de forma eficiente para o desenvolvimento da saúde física e mental tem muitas chances de chegar a ser um indivíduo saudável e equilibrado, o qual desenvolverá suas capacidades dentro da normalidade para viver uma vida plena e sentir-se útil na sociedade.

Falar sobre acesso a instituições públicas, como é o caso da Câmara dos Vereadores de Joinville/Santa Catarina é um grande desafio, entretanto, tratar deste tema vinculado à pessoa surda constitui-se ainda em desafio maior.

Iniciei imediatamente no trabalho de interpretação. O início foi bem complicado e ainda é, pois da interpretação em uma instituição religiosa e outra de cunho assistencial, me deparei com termos técnicos do legislativo da cidade. Foram e continuam sendo muitas as pesquisas, pois todos os dias surgem novos termos técnicos na fala dos vereadores.

A comunicação é um recurso fundamental para o ser humano e a língua de sinais possibilita a interação dos surdos com a sociedade de ouvinte em que vive.

As constantes pesquisas que estão sendo desenvolvidas têm por finalidade ressaltar a relevância da presença do intérprete de Língua Brasileira de Sinais em todos os eventos oficiais realizados pela sociedade é um ato mínimo, pois são tantas dificuldades enfrentadas pelos cidadãos surdos.

2. ABORDAGENS TEÓRICAS DA INTERPRETAÇÃO E SEU PROFISSIONAL

A sociedade está frequentemente passando por transformações sociais e políticas, estimulando processo de mudança, influenciando diretamente na vida dos sujeitos, das suas ações e, principalmente, sobre a sua formação. O tempo atual como pós-modernidade¹ que se iniciou nos anos 1960, no qual constitui uma situação social em que a vida econômica, política, organizacional e pessoal se organizam em torno de princípios muito diferentes dos da modernidade.

Ao longo dos anos, as interpretações foram sendo valorizadas como atividade laboral, com a participação dos surdos nas políticas sociais, bem como o reconhecimento da língua de sinais em cada país.

2.1 O profissional intérprete de libras

Segundo Quadros (2004), o intérprete é aquele que atua como profissional tradutor/intérprete de Língua de Sinais. O intérprete especialista que atua na área da tradução e interpretação deverá intermediar relações entre os sujeitos que não falam a mesma língua, neste caso a língua falada e a língua de sinais, ou seja, entre ouvintes e s surdos. Ser um intérprete de língua de sinais vai além do ato interpretativo entre línguas.

Percebe-se que este profissional vem de encontro às necessidades dos cidadãos surdos bilíngues que estão inseridos na sociedade, pois ainda muitos dos espaços públicos não têm um quadro de profissionais intérpretes de Libras que dominem fluentemente esta modalidade linguística.

Outro aspecto importante é demonstrado por Rodrigues (2013) em seu trabalho: A interpretação simultânea entre línguas e modalidades.

Diferentemente da tradução ou da interpretação entre línguas orais, o processo tradutório e interpretativo entre uma língua oral e outra de sinais depende, respectivamente, da presença material do corpo do tradutor ou do intérprete. No processo tradutório, a presença do corpo do tradutor/ator deve-se ao fato de que ainda não temos uma versão escrita da Libras, devidamente reconhecida e difundida no país. (RODRIGUES. 2013, p.270).

O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa dos cidadãos surdos em diferentes contextos universitários, sociais e culturais, com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação. Este profissional “intérprete” processa a

informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo, que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte, da qual o tradutor/interprete de Libras também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Sendo assim, este ato de interpretar envolve processos altamente complexos, tais como: a qualidade na formação dos intérpretes, conhecimento antecipado dos conteúdos para a tradução, dificuldade na relação Língua Portuguesa/ Libras, relação intérprete, dentre outras.

2.2 As teorias da interpretação: reflexões

A partir dos referenciais teóricos, o objetivo é refletir e problematizar quanto às práticas dos intérpretes de Libras e suas relações de poder. Esta reflexão permite pensar na prática de interpretação no contexto da Câmara de Vereadores, pois o ato de interpretar exige do intérprete de Libras um bom conhecimento cultural, social e histórico sobre seu o público, neste caso a comunidade surda de Joinville.

A prática do intérprete de Libras envolve várias competências e, entre elas, algumas bem específicas que podem ser difíceis de serem compreendidas e a equivalência entre as línguas devem ser executadas com muita qualidade e responsabilidade, sabendo que dela depende a plena garantia de comunicação e o acesso às informações e conhecimentos dos fatos políticos que ocorrem, bem como o conhecimento de que as leis em vigência asseguram os direitos civis da comunidade surda e sua cidadania.

A propósito destas afirmações, “Assim, percebemos que a atividade de interpretação tem como demanda inicial a barreira linguística entre os indivíduos, e que esse ofício traz contribuições significativas para o desenvolvimento e crescimento de muitas sociedades”. (NOGUEIRA. 2016, p.34)

Para que os intérpretes de Libras na Câmara de Vereadores de Joinville exerçam suas interpretações com qualidade e responsabilidade, quais serão suas posturas e decisões/escolhas linguísticas no ato interpretativo? Quais as estratégias de interpretação usadas pelos intérpretes de Libras nas sessões da Câmara de Vereadores de Joinville? São as inquietações que permeiam esta pesquisa.

Segundo Lemos (2014) em sua pesquisa “Fraseologismo em língua de sinais e tradução: uma discussão necessária” que investigou as estratégias de interpretação utilizadas

no processo tradutório do português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), em interpretações que envolvem unidades fraseológicas, diz que;

[...] o significado individual das palavras se perde parcial ou totalmente, as palavras deixam de significar individualmente e passam a constituir uma unidade 'indestrutível' de significados, na qual a coesão é absoluta, não sendo possível a decomposição dessas UFs em partes e nem a permuta de seus elementos por sinônimos. (LEMOS. 2014, p.4)

Estas dificuldades de interpretação enfrentadas no processo tradutório do português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), em interpretações que envolvem unidades fraseológicas, por sua vez, podem representar omissões de termos e se dão em virtude da língua de sinais ser uma língua viso-espacial e de conseguir explicar uma frase inteira em somente um sinal, porque os sinais são executados no espaço permitindo a realização sequencial e temporal, e trabalhando dentro do contexto dos significados sem perder a essência do que está sendo falado/oralizados nas sessões da Câmara de Vereadores, fazem com que as profissionais sejam flexíveis nas escolhas lexicais da Libras.

As falas dos vereadores nas sessões solenes, sessões ordinárias, audiências públicas nos bairros e Jornais da TV Câmara são interpretadas simultaneamente em Libras ao vivo em um estúdio, não havendo a possibilidade de estudos com antecedência. Percebeu-se o uso do Fraseologismo nas atividades interpretativas quando aparentemente parece que o intérprete omitiu informações da fala que ocorre a interpretação, através dos processos de identificação, compreensão e passagem de uma língua a outra as informações do falante.

Pelo exposto, Jorge (2002 apud Lemos, 2014, p.06) salienta que:

[...] não correspondem a mecanismos lineares e implicam uma reflexão profunda sobre o ato de tradução da fraseologia, na medida em que estas estruturas não obedecem, aparentemente, a critérios objetivos de seleção e implicam uma multiplicidade de saberes linguísticos e extralinguísticos e de escolhas por parte do tradutor.

Outro fator a ser considerado pode ser a Teoria Interpretativa, partindo do pressuposto de que o processo de interpretação não se detém no nível linguístico, pois incorpora aspectos contextuais, culturais e situacionais nas atividades interpretativas. Aqui se pode citar a teoria interpretativa da tradução e a teoria dos modelos dos esforços na interpretação, que exige do profissional conhecimento sobre sua prática interpretativa, proporcionando uma base teórica sólida para a formação e aperfeiçoamento de intérpretes.

A teoria interpretativa, no contexto das atividades interpretativas na Câmara de Vereadores, tem uma boa aplicabilidade, pois ela trabalha com o sentido obtido no discurso oral da língua de partida, sem se apegar nos significados de palavras por palavras, assim realizando uma interpretação com qualidade para a língua de sinais, tendo em vista que nas sessões, os pronunciados os termos técnicos estão constantemente presentes e muitos representados por um único sinal, para que a idéia seja repassada com clareza.

Observou-se que os aspectos considerados na atividade interpretativa das profissionais que atuam na Câmara de Vereadores de Joinville foram os seguintes: competência linguística (escolhas lexicais) e competência referencial (conteúdo semântico e pragmático). Para possibilitarem uma interpretação de qualidade, esta preocupação sempre está presente nos momentos de estudos entre elas.

O ato de interpretar envolve muito mais do que uma simples troca de itens lexicais e gramaticais entre as línguas envolvidas. Em virtude disto, o tradutor/interprete não deve realizar uma simples “inversão” linguística, enquanto está interpretando as sessões da Câmara de Vereadores de Joinville em suas atividades.

As funções dos Interpretes de Libras da Câmara de Vereadores de Joinville é de: proporcionar a interação entre surdos e ouvintes, incentivando a comunicação entre eles nos diversos setores do legislativo municipal por meio de ações inclusivas; promover a acessibilidade em Libras nos eventos, palestras, seminários, cerimônias, entre outros, inclusive dando publicidade à acessibilidade dos mesmos, compreender e divulgar as especificidades da função do intérprete de Libras e suas relações nos diversos setores da instituição, mediar à comunicação a qualquer pessoa surda, (usuário de Libras) ou ouvinte, no âmbito institucional.

2.3 Organização do trabalho de interpretação

Um preliminar preparo das atividades interpretativas se faz necessário para a equipe que estará atuando no contexto do legislativo, pois as ações de pesquisas de termos, preparação e organização sobre as escolhas e decisões linguísticas, que toma no ato interpretativo, também pode auxiliar nos problemas de adequação de significados e significantes dos termos específicos deste contexto.

Neste sentido, é relevante afirma: “que uma das premissas para qualquer trabalho de interpretação é a preparação, e essa etapa está relacionada com o período chamado de ‘pré-

evento’, devendo ocorrer logo quando os intérpretes aceitam determinada atividade de interpretação”. (HOZA, 2010 apud NOGUEIRA. 2016, p.113)

Neste momento de preparação, acontecem as buscas de sinais, informações culturais sobre os temas, para que no transcorrer das suas atividades interpretativas já tenham em mente suas possíveis alternativas para realizar uma interpretação de qualidade. Caso ocorra imprevistos, as estratégias devem ser planejadas com antecedência, e caso isto não seja possível, como acontece às vezes na Câmara de Vereadores de Joinville, as profissionais realizam este momento individualmente e minutos antes combinam como farão alguns termos para o texto em questão.

Segundo a idéia do mesmo autor, é importante mencionar também sobre:

A preparação é a fase de busca por materiais de estudo, relacionados a determinado contexto interpretativo. Nesse momento, os intérpretes podem recorrer a diferentes materiais e dispositivos de consulta na busca por informações, ou até mesmo contar com o auxílio de outros colegas. Trata-se de uma pré-interpretação em que os intérpretes mobilizam⁴⁴ recursos a serem utilizados durante o processo interpretativo. (NOGUEIRA. 2016, p. 114)

Para estes estudos de preparação das intérpretes de Libras da Câmara de Vereadores de Joinville, pode-se sugerir o método Gish¹ de gerenciamento de informação que possibilita o aperfeiçoamento das habilidades e competências específicas solicitadas nas atividades interpretativas destes profissionais.

Este método auxilia os intérpretes de Libras a desenvolverem suas habilidades interpretativas, podendo ser repetido por diversas vezes e em diferentes contextos, permitindo o profissional a diferenciar conceitos coletivos completos como um todo dentro de um texto, conduzindo quem o aplica a buscar outros fatores que podem contribuir na elaboração dos significados, tais como as questões culturais, sociais, educacionais. Este método já é aplicado na América do Norte e na Europa, como sendo sua base na análise do discurso, uma técnica de compreensão da linguagem utilizada em cursos de interpretação de línguas de sinais.

Ao aplicar esse modelo os intérpretes de Libras estarão gerenciando seus processos de interpretação o que contribui para a qualidade, oferece vantagem para as tomadas de decisões, encontra com facilidade o significado e produzindo a interpretação com clareza de idéias.

O trabalho do intérprete de Libras requer muito conhecimento linguístico e cultural das línguas envolvidas no ato da interpretação, muita técnica e bom senso para não se

¹Método Gish oferece ao intérprete estratégias para enfrentar o desafio do processo interpretativo. Baseia-se no conceito que a comunicação possui uma ordem e estrutura, e que as palavras e sinais (e as idéias que representam) não têm o mesmo peso. Apostila de Laboratório de Interpretação – I – curso Letras Libras.

produzirem sinalizações equivocados ou de difícil compreensão para a comunidade surda. É de suma importância manter-se sempre atualizado na língua de sinais, não deixando jamais de estudá-la. Aconselha-se, também, aos intérpretes de Libras prepararem-se com antecedência os sinais que poderão ser utilizados para cada tema, pois, desta forma, ele pode encontrar enunciados não pertinentes à sua língua. Além disto, profissional perspicaz deve estar atento às armadilhas no ato da interpretação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

Neste momento são analisados os dados observados por meio das experiências vividas e em conversas informais com as profissionais intérpretes que atuam na Câmara de Vereadores de Joinville/Santa Catarina. Diante destes dados observados, foram elencadas três principais dificuldades vivenciadas no decorrer do trabalho e que serão apresentadas e discutidas.

A primeira dificuldade encontrada foi em relação à mudança no contexto de atuação, gerando uma grande dificuldade, visto que ainda é insuficiente as formações em cursos de preparação para os profissionais intérpretes de língua de sinais atuarem no ambiente do Legislativo, e isto gera uma necessidade de pesquisas constantes dos sinais para os termos técnicos no âmbito Legislativo e da sua equivalência entre a língua de sinais e a língua oral.

As profissionais que atuam neste contexto do Legislativo não receberam treinamentos mais específicos para ali atuarem. Elas somente tinham como base suas experiências em contextos assistenciais, educacionais ou religiosos, ou seja, não possuíam nenhum contato com os termos técnicos e de uso exclusivo das sessões da Câmara de Vereadores de Joinville, obrigando-as a realizarem muitas pesquisas de sinais e estudos sobre as questões linguísticas que envolvem o ato de tradução e interpretação entre as línguas.

Observa-se que estas pesquisas são geralmente realizadas através dos dicionários de Libras em versão impressas ou em versões disponibilizadas em web sites confiáveis com reconhecimento pelas instituições legais. Outras possibilidades quando não são encontradas as respostas para as dúvidas as profissionais recorrem a outros profissionais com conhecimento e experiência da Libras utilizando como ferramenta os aplicativos de redes sociais, e-mails para esta comunicação e ainda outra ferramenta utilizada são os vídeos com janelas de interprete do Senado.

Todo este aparato torna-se necessário, para que elas estejam preparadas para realizarem escolhas linguísticas em suas atividades interpretativas, já que tiveram a possibilidade de conhecer lexicamente os conteúdos com antecedência, ficando clara a preocupação em relação à qualidade de suas interpretações. Tudo isto ocorre no sentido de sempre procurarem e utilizarem a melhor estratégia nas decisões interpretativas, para a compreensão da comunidade surda da cidade.

Um exemplo disto é fornecido por Albres (2017, p.16):

Pode-se dizer, também, que tais problemas são pertencentes a todo e qualquer ato tradutório. Desses problemas, o conhecimento lexical é o que mais causa incômodo, principalmente, em tradutores inexperientes. Para uma tradução técnica, ou especializada, o conhecimento lexicográfico se faz de suma importância. Por exemplo, conhecer os falsos cognatos de determinada área ajudam a evitar erros e dão mais segurança na tradução se estiverem acompanhados de um bom conhecimento gramatical do par linguístico trabalhado. Problemas gerados a partir do léxico e da gramática são passíveis de boa solução.

Tendo em vista esta dificuldade, uma das estratégias utilizadas pelas profissionais é a filmagem. Elas se assistem e analisam seus desempenhos na tradução/interpretação de língua de sinais e depois realizam as adequações e as necessárias escolhas lexicais. Esta estratégia, porém, só ocorre quando os conteúdos são entregues com antecedência, o que possibilita um tempo maior para a elaboração de uma biblioteca mental.

A segunda dificuldade acontece quando as traduções/interpretações são simultâneas dentro das sessões da Câmara dos Vereadores de Joinville, no qual não é estabelecido um tempo para que as profissionais possam estudar e analisar as estratégias a serem utilizadas naquele exato momento da atividade, tendo em vista o tempo em que os vereadores iniciam discussões simultâneas, não havendo condições de interpretar com precisão cada diálogo. Nesta situação, as tradutoras/interpretes utilizam a estratégia de interpretação consecutiva (ouvem e fazem um resumo do que está acontecendo, explicando o tema e o porquê da discussão).

Segundo Pagura (2015) diz que a tradução/interpretação:

O interprete (simultâneo) tem de ter a capacidade de concentrar-se no que esta ouvindo a fim de processar a informação na mesma hora e reexpres-la na língua-alvo, sem se descuidar da próxima unidade de sentido sendo enunciada pelo palestrante imediatamente a seguir. O processo é tríplice (ouvir/processar/expressar) e as três etapas acontecem ao mesmo tempo. Na interpretação consecutiva, as duas primeiras etapas ocorrem ao mesmo tempo e a terceira (reexpressão) ocorrerá posteriormente, exigindo ainda mais capacidade de retenção da informação. (PAGURA. 2015, p.188).

Na interpretação simultânea, geralmente o grau de dificuldade é maior em virtude da confusão e velocidade na fala dos vereadores nos momentos das discussões nas sessões, exigindo das profissionais competências linguísticas e culturais que norteiam esta prática.

Desta maneira, refletir sobre as competências interpretativas dos intérpretes de Libras na Câmara de Vereadores de Joinville permite planejar ações que orientarão as futuras atividades interpretativas e habilitarão as profissionais neste contexto.

Outra dificuldade constatada é a ausência de alguns sinais que representam termos utilizados no Legislativo. Neste caso, é necessário que estas profissionais procurem a

comunidade surda da cidade, para juntos criarem os sinais para estes termos específicos do Legislativo e, enquanto não é criado, é utilizada a digitalização da palavra na interpretação.

A outra dificuldade constatada foi a de que as profissionais da Interpretes de Libras e a equipe de filmagem devem estar sempre estudando e se atualizando para realizarem uma ótima interpretação, uma vez que há muitos termos específicos dentro dos temas que são abordados diariamente nas sessões pelos interesses públicos municipais, que não têm sinais na língua de sinais, e as profissionais precisam realizar as substituições lexicais e reexpressões para a língua alvo.

Segundo Alves (2005), o “ritmo cognitivo” recorre antecipadamente a uma análise textual de ambas as línguas envolvidas. Este processo permite uma organização hierárquica do processamento cognitivo (sentido variável), no que se refere ao ato simultâneo da interpretação da língua oral/Português para a língua de sinais/Libras nos diferentes contextos.

E, para que isto ocorra, é necessário realizar algumas reuniões, encontros e pesquisas com a equipe técnica de filmagem e com a edição da janela das interpretes nas transmissões da TV Câmara. É importante considerar, porém, que nem sempre todos estão presentes, uma vez que desenvolvem outras atividades externas ou em outros setores da Câmara de Vereadores de Joinville e também outras TVs da cidade. Muitas vezes, realizam uma reunião com bastante antecedência do início das transmissões, onde cada equipe tem tempo suficiente para sugerir adequações. Assim, as intérpretes têm tempo de combinarem as escolhas lexicais, a partir de seus estudos anteriores. Um fator observado, e que auxilia muito, é a equipe sempre ser composta pelas mesmas pessoas. Isto ajuda bastante, porque já conhecem os procedimentos necessários para realizarem uma interpretação de qualidade, utilizando os recursos tecnológicos corretos, com posicionamentos de tela e uma boa visibilidade para os telespectadores surdos, que assistem o canal TV Câmara.

Como se constata, as intérprete de Libras na Câmara de Vereadores de Joinville experimentam dificuldades no desenvolvimento de suas funções, bem como em suas práticas que envolvem competências e habilidades específicas, sendo que uma delas está nas escolhas lexicais dos processos de interpretação simultânea com o foco nos conceitos abstratos do contexto do Legislativo, que se encontra no decorrer no ato de interpretar quando se envolve a Línguas de Sinais para as Línguas orais, ou seja, da língua alvo para língua fonte.

3.1 Desafios e dificuldades

É interesse compreender melhor como ocorrem as dificuldades e os desafios enfrentados nas práticas interpretativas pelas intérpretes da língua de sinais que atuam na Câmara de Vereadores de Joinville.

Para discutir os desafios e as dificuldades que elas enfrentam nas atividades interpretativas, é necessário compreender como elas foram solicitadas para atuarem neste contexto. Estas profissionais declararam que foram convidadas por outros profissionais que trabalham ali, em virtude da atuação judicial que o Legislativo Municipal de Joinville recebeu por não disponibilizar este serviço à comunidade surda de Joinville, tendo em vista o não cumprimento das Leis vigentes.

Esta situação evidencia a reflexão sobre a regulamentação e a implementação destes serviços a todos os setores públicos. Tal fato precisa ser revisado, tanto pelas instâncias governamentais, quanto pelos profissionais da área.

Neste panorama, não se pode analisar a atuação das intérpretes de língua de sinais somente no ato de suas atividades interpretativas das línguas envolvidas. Como em qualquer outra esfera, a atuação destas profissionais na Câmara de vereadores de Joinville está diretamente relacionada às etapas que envolvem o “antes, durante e depois” da prestação dos serviços, ou seja, a preparação da estratégia a ser utilizada faz-se necessária para uma interpretação de qualidade.

Parece, portanto, oportuno reproduzir aqui um pequeno texto:

Qualquer ato interpretativo envolve um enorme empenho linguístico-comunicativo por parte do intérprete. Isso porque ele tem que processar a informação que é expressa em uma determinada língua (no caso língua fonte), fazendo adequações e escolhas linguísticas que façam sentido na língua alvo. Além do domínio linguístico e técnico, o ato interpretativo também requer do profissional conhecimento histórico, cultural e social. Afinal ele não funciona (como muitos gostariam de pensar!) como um “decodificador” de palavras em sinais e vice-versa. (GESSER, 2011, p.26)

Esta preparação das intérpretes de língua de sinais é uma etapa essencial para as atuações, bem como pode prever na etapa final, a avaliação de suas práticas interpretativas, levando em conta uma qualificação cada vez maior. Em relação a esta preparação antecipada, os resultados levam a crer que as profissionais encontram um pouco de dificuldades com os termos específicos utilizados pelos vereadores em seus discursos nas sessões e apresentam dificuldade para encontrarem os materiais que auxiliem nesta etapa, e algumas vezes é necessário solicitar informações diretamente aos próprios vereadores ou até mesmo à pessoa

surda. As mesmas também salientam ainda que são raras as publicações sobre o tema no Brasil.

Observa-se que as intérpretes de língua de sinais que atuam na Câmara de Vereadores de Joinville salientam que uma das maiores dificuldades neste contexto é a complexa terminologia empregada nos discursos dos vereadores e convidados. Na prática, este é um tema que desperta para o desenvolvimento de mais pesquisas e muito mais ações conjuntas, bem como a sugestão de que seja criado um banco de dados e informações sobre os sinais específicos do contexto, ou seja, um glossário dos termos utilizados, e que estes sinais sejam catalogados.

Concluindo, então, as profissionais de língua de sinais citaram algumas dificuldades, tais como: pouco conhecimento do papel do intérprete de Libras dentro das sessões da Câmara de vereadores de Joinville; dificuldade de acesso a materiais com antecedência; longo tempo de duração das sessões; mais profissionais para atuarem; falta de previsão de horários para as reuniões de estudos; organização e rapidez; e excesso de falas simultâneas entre os vereadores nas sessões para discussões dos projetos que estão tramitando dentro da Câmara de Vereadores.

Alguns destes desafios e dificuldades também foram constatados por outros pesquisadores:

Por isso, várias “barreiras” amplificam o árduo trabalho do intérprete na intermediação do discurso entre dois idiomas: bagagem cultural, conhecimento de mundo, formação educacional, dentre outras. Além do mais, o intérprete precisa ter conhecimento da situação de comunicação, das expectativas e exigências da audiência, e domínio nas duas línguas em que transita – afinal, neste último caso, as características morfosintáticas de cada língua impõem facilidades ou dificuldades no trânsito entre uma e outra. Isto porque as línguas não são transparentes; nem os seus significados, pois precisam ser inferidos no contexto. Tanto o tipo de texto como o contexto são fatores relevantes para a interpretação. (GESSER. 2011, p.30)

Espera-se que os poderes Públicos e seus gestores de modo geral possam oportunizar cursos de formação para intérpretes de língua de sinais que queiram atuar neste contexto e forneçam treinamento com competência para o exercício das atividades interpretativas destes profissionais dentro deste contexto.

Albres (2006) considera:

[...] que a proficiência na língua de sinais e a formação na mesma área de interpretação talvez proporcionassem ao interprete melhores condições para generalizar o texto que está sendo interpretado e fazer uma opção por um sinal em detrimento de outro, ou mesmo criar estratégias para interpretação. “Ha necessidade de se conhecer bem a temática ser interpretada, ter fluência na Libras e criatividade

para fazer uso dos recursos espaciais da língua no momento da construção de explicações da área.

Compreende-se, através do que foi aqui considerado, a importância da profissão dos intérpretes de língua de sinais no ambiente do legislativo. É preciso, porém, que haja valorização sobre estes profissionais. É preciso que eles possam ter formações específicas e continuadas para o desenvolvimento de suas atividades interpretativas, como também nos materiais de apoio e contribuição na construção de um glossário com os termos técnicos. Assim, a comunidade surda e os futuros intérpretes de língua de sinais poderão contar com uma biblioteca virtual para as suas pesquisas.

O estudo sobre estas profissionais foi necessário para que elas encontrassem solução ou amenização das dificuldades encontradas e que as mesmas busquem estratégias para superarem as questões léxicas que envolvem o ato de interpretar de uma língua para outra, neste caso, a língua oral versus a língua de sinais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que este trabalho possibilitou, apoiado em fatos da experiência pessoal como profissional intérprete de língua de sinais, veio justificar o investimento aqui realizado. Tratou-se de uma pesquisa que acontece em um momento de transição e de novos acontecimentos acerca da organização da profissão por todo o país. A cada dia novas perspectivas são visadas com o objetivo de lutar pela já regulamentação e atuação da profissão

O intérprete foi se construindo historicamente à medida que a comunidade surda encontrava o seu espaço na sociedade. Esta construção se deu através de pessoas que mantinham contato com os surdos, voluntários, parentes e religiosos, aprendendo na prática técnicas para uma comunicação entre ouvintes e surdos.

É através da Libras, como língua natural que as comunidades surdas vivenciam as suas experiências e interagem com os demais grupos sociais. Ao contrário do que muitos pensam, ela não é uma reprodução das línguas orais. Ela se utiliza de um canal visual-espacial e não oral-auditivo. É dotada de uma linguística constituída a partir de elementos próprios, que se estruturam a partir de mecanismos gramaticais, fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Além de possuir classificação e identificação como qualquer outra língua, ela não é universal, pois cada país possui uma língua própria para satisfazer a comunicação e interação entre as comunidades que as utilizam.

O trabalho proporcionou uma visão geral das atuais condições da interpretação da língua de sinais na Câmara de Vereadores de Joinville/Santa Catarina, com base no perfil das tradutoras/intérpretes que atuam neste contexto. Foi possível observar também os aspectos práticos nas atividades interpretativas realizadas, tais como, as mudanças de léxicos/sinal realizado pelas profissionais, a fim de adaptar as suas sinalizações, respeitando a língua alvo, neste caso a Libras, bem como a cultura da comunidade surda dos joinvilenses, possibilitando conhecer algumas particularidades destas profissionais e qual a formação que elas receberam antes de começarem a atuar como tal neste contexto legislativo.

É relevante mencionar também o papel da sociedade enquanto inclusiva, pois muitas vezes não é oferecido instrumentos para que as profissionais possam atuar como interpretes de libras de maneira que se assegure uma mediação comunicativa legítima entre as línguas envolvidas.

Esta pesquisa fortaleceu os conhecimentos no contexto do Legislativo mostrando a relevância do trabalho desenvolvido pelas intérpretes de língua de sinais na Câmara de Vereadores, e as dificuldades encontradas por elas, possibilitando também novos caminhos para a realização de futuras pesquisas que possam contribuir para uma formação mais específica destas profissionais.

É inegável, porém, que existam legislações vigentes referentes ao contexto do cidadão surdo e da língua de sinais, entretanto se faz necessário um maior reconhecimento desta língua, enquanto língua materna e enquanto classe linguística minoritária, bem como profissionais participantes de formações específicas e continuadas, através de cursos e oficinas que contemplem a prática tradutória/interpretativa na língua de sinais.

Pelas falas, pode-se concluir, então, que o futuro deste profissional é ainda um desafio para garantir a acessibilidade dos surdos em todos os segmentos da sociedade. Concluiu-se, adicionalmente, que no processo de desenvolvimento desta nova profissão ainda há muito para se construir e descobrir.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Surdos & Inclusão Educacional**. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2010.

_____. **Tradução de literatura infantil: entre a construção de sentidos e o uso dos recursos linguísticos**. In: III Congresso Brasileiro de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Florianópolis-SC: UFSC. 15 a 17 de agosto de 2012.

_____. **Libras e sua tradução em pesquisa: interfaces, reflexões e metodologias** – Florianópolis: Biblioteca Universitária UFSC, 2017.

ALBRES. Neiva de Aquino e NEVES. Sylvia Lia Grespan (organizadoras). **Libras em estudo: formação de profissionais** – São Paulo: FENEIS, 2014.

ALVES, Fábio. **Ritmo cognitivo, meta-reflexão e experiência: parâmetros de análise processual no desempenho de tradutores novatos e experientes**. In: PAGANO, Adriana;

BRASIL. **Portaria n.º 1.679 de 2 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

_____. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **Resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

_____. **Portaria n.º 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

_____. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências.

_____. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da lei n.º 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Congresso Nacional, 2005.

_____. **Lei n.º 12.319 de 1 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília: Congresso Nacional, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4 ed., 2002.

GESSER, Audrei. **Tradução e Interpretação da Libras II**. Texto base TIL II. Florianópolis, UFSC, 2011.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. Marília: **Revista Brasileira de Educação Especial**.v. 17, 2011.

LACERDA, Cristina B.F.de. **Intérprete de LIBRAS**: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEMO, Andrea Michiles. **Fraseologismo em língua de sinais e tradução: uma discussão necessária**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceara. Fortaleza - Ceara / Brasil, 2014.

MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fabio (Org.). **Competência em tradução: cognição e discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

NOGUEIRA, Tiago Coimbra. **Intérpretes de Libras-Português no Contexto de Conferência: Uma Descrição do Trabalho em Equipe e as Formas de Apoio na Cabine**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC). Florianópolis, 2016.

PAGURA, RJ. **Tradução & interpretação**. In: AMORIM, LM., RODRIGUES, CC., and STUPIELLO, ÉNA., orgs. **Tradução &: perspectivas teóricas e práticas** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC; SEESP; Programa Nacional de Apoio a Educação de Surdos, 2003.

_____, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

RODRIGUES, Carlos Henrique. A interpretação para a língua de sinais brasileira: efeitos de modalidade e processos inferenciais. **Tese Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, UFMG, 2013.

RODRIGUES, Verônica de Oliveira Louco. “A inclusão é uma confusão”: surdos na travessia entre-línguas e práticas escolares. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Área de concentração: Estudos da Linguagem. Niterói, RJ., 2017.

RÓNAI, Paulo. **Escola de Tradutores**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 6ª ed. 1987.

SANTOS, S. A. Intérpretes de Língua de Sinais: um estudo sobre as identidades. **Dissertação de Mestrado**: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

SILVA, Ivani Rodrigues. KAUCHAKJE, Samira. GESUELI, Zilda Maria. **Cidadania, surdez e linguagem**. São Paulo: Plexus Editora, 2003.